

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA–UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ARCEU MOREIRA ROCHA

**NÍVEL DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE
CONTABILIDADE DE EMPRESAS BRASILEIRAS QUE NEGOCIAM
AÇÕES NA BM&FBOVESPA**

**Artigo Científico
Trabalho de Conclusão de Curso**

**CACOAL-RO
2015**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA–UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

ARCEU MOREIRA ROCHA

**NÍVEL DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE
CONTABILIDADE DE EMPRESAS BRASILEIRAS QUE NEGOCIAM AÇÕES NA
BM&FBOVESPA**

Artigo Científico apresentado à Fundação Universidade Federal de Rondônia–UNIR – *Campus* Prof. Francisco Gonçalves Quiles, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis.
Orientador: Prof. Ms. Evimael Alves Teixeira.

**CACOAL-RO
2015**

Rocha, Arceu Moreira.
R672n Nível de atendimento às normas internacionais de contabilidade de empresas brasileiras que negociam ações na BM&FBOVESPA/ Arceu Moreira Rocha – Cacoal/RO: UNIR, 2015.
38 f.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação).
Universidade Federal de Rondônia – Campus de Cacoal.
Orientador: Prof. Me. Evimael Alves Teixeira.

1. Contabilidade internacional. 2. Normas internacionais. 3. Convergência contábil. 4. IFRS. I. Teixeira, Evimael Alves. II. Universidade Federal de Rondônia – UNIR. III. Título.
CDU – 657.1

Catálogo na publicação: Leonel Gandi dos Santos – CRB11/753

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA–UNIR
CAMPUS PROFESSOR FRANCISCO GONÇALVES QUILES
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

O Artigo Científico – TCC intitulado “NÍVEL DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE DE EMPRESAS BRASILEIRAS QUE NEGOCIAM AÇÕES NA BM&FBOVESPA”, elaborado pelo acadêmico Arceu Moreira Rocha, foi avaliado em 26 de junho de 2015 e aprovado pela banca examinadora formada por:

Professor Me. Evimael Alves Teixeira - (Presidente)
(UNIR-Cacoal)

Professor Me. Valdinei Leones de Souza (Membro)
(UNIR-Cacoal)

Professora Dr^a. Nilza Duarte Aleixo de Oliveira (Membro)
(UNIR-Cacoal)

Agradeço a Deus, pela força concedida para conclusão de mais esta etapa. Aos amigos e familiares, principalmente meus pais e irmãos pelo apoio durante esta peleia. A todos os professores que se dedicam a esta Universidade e oportunizaram a realização deste curso. Aos colegas de turma que compartilharam das dificuldades e alegrias durante esses quatro anos.

NÍVEL DE ATENDIMENTO ÀS NORMAS INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE DE EMPRESAS BRASILEIRAS QUE NEGOCIAM AÇÕES NA BM&FBOVESPA

Arceu Moreira Rocha¹

RESUMO: Este estudo teve como objetivo verificar o nível de atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade de empresas brasileiras que negociam ações na BM&FBOVESPA (Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo) e comparar com o estudo de Oliveira e Lemes (2011). O trabalho teve como parâmetro o estudo realizado por Oliveira e Lemes (2011), dessa forma para manter a coerência com o trabalho dos autores, foram utilizados os mesmos procedimentos metodológicos aplicados em sua pesquisa para cálculo dos índices, assim foi utilizado a técnica de análise de conteúdo para análise das demonstrações contábeis e aplicado todas as Normas Internacionais de Contabilidade as quais devem ser observadas em cada tipo de seguimento. As demonstrações financeiras foram obtidas no sítio eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Os resultados evidenciam que houve uma crescente evolução por parte das empresas no que diz ao cumprimento das IFRS em comparação com os resultados de 2010 verificado por Oliveira e Lemes (2011), contudo ainda há o que se melhorar. No que se refere à auditoria externa, verificou-se que o fato de as empresas serem auditadas pelas grandes empresas as denominadas *Big Four* não foi determinante para o atendimento das exigências das normas internacionais de contabilidade. Dos resultados observou-se que em todas as empresas os índices de convergência encontrados foram superiores a 60%, sendo que a empresa que alcançou o maior índice foi a BRF Brasil do setor de alimentos e a média geral para todas as empresas da amostra foi de 72,38%, evidenciando uma evolução em termos percentuais de 21,35% em comparação a verificada por Oliveira (2010), qual seja 51,03%, o que confirma a teoria de Costa (2012), em que afirma que a tendência é que cada vez mais as empresas tende a cumprir com as exigências contidas nas Normas Internacionais de Contabilidade.

Palavras-chave: Normas Internacionais. Convergência Contábil. IFRS.

1 INTRODUÇÃO

A aprovação da Lei 11.638 de 2007 tornou obrigatório que as empresas brasileiras de capital aberto passassem a elaborar suas Demonstrações Contábeis, a partir de 2010, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.

Esse processo de convergência para as normas internacionais de contabilidade iniciou-se a partir de 2008, tendo como previsão para sua total adequação pelas empresas no final de 2010.

Um dos principais objetivos dessas alterações é solucionar as dificuldades de quem pretende investir fora de seu país. De acordo com Carvalho, Lemes e Costa (2006), com a harmonização das Normas Contábeis não há necessidade de se examinar várias Normas diferentes para comparar margens, retornos e custo de oportunidade, pois com as normas emitidas em IFRS bastaria apenas a tradução para o idioma desejado para essas análises.

¹ Acadêmico concluinte do curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Rondônia – Câmpus Francisco Gonçalves Quiles, com Trabalho de Conclusão de Curso elaborado sob a orientação do Professor Me. Evimael Alves Teixeira.

Como as demonstrações contábeis são divulgadas com a finalidade de atender diversos interessados e é a principal fonte de informação das empresas, a adoção das IFRS torna esses relatórios mais confiáveis e compreensíveis e úteis para a tomada de decisão, principalmente para os usuários externos à empresa, então é essencial a harmonização das Normas Internacionais para melhor qualidade, transparência e comparabilidade dessas informações (NIYAMA; SILVA, 2011).

Contudo, conforme estudo realizado por Oliveira (2010) sobre o assunto, verificou-se que àquela época ainda havia dificuldade por parte de algumas empresas em adotarem totalmente essas normas, que verificou-se que a média geral de convergência para essas normas de vinte empresas da amostra foi de 51,03%.

Assim, a fim de verificar a evolução dessa convergência foi realizado um novo estudo nas mesmas empresas que obtiveram índice inferior a esse percentual (51,03%), o qual teve como questão problema a seguinte pergunta: Qual o nível de atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade de empresas brasileiras que negociam ações na BM&FBOVESPA?

Dessa forma este trabalho teve como objetivo principal analisar o nível de atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade de empresas brasileiras que negociam ações na BM&FBOVESPA e comparar com o estudo de Oliveira e Lemes (2011). Para tanto analisou-se o conjunto de Relatórios Financeiros elaborados de acordo com os Princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (BR GAAP) em relação ao padrão International Financial Reporting Standards (IFRS).

Os relatórios das empresas da amostra foram obtidos no sítio da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a análise das demonstrações financeiras foi realizada por meio de análise de conteúdo e para verificar se as demonstrações atendiam os itens do roteiro foi realizado busca por palavras chave que referisse ao assunto em um editor de texto.

Ao atingir o objetivo deste trabalho espera-se que possa contribuir para o conhecimento no sentido de verificar o atendimento dos requisitos no processo de convergência das normas do país às IFRS.

Este estudo objetiva proporcionar maior conhecimento acerca da adoção das Normas Internacionais de Contabilidade pelas empresas brasileiras e contribuir para a discussão sobre a importância do processo de Convergência.

Este trabalho está organizado em cinco divisões, sendo além desta parte inicial, a segunda seção trata do referencial teórico; na parte três, encontra-se o método utilizado; na

quarta parte, apresenta-se a análise dos resultados obtidos; e, por último, encontram-se as considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO E REVISÃO DE LITERATURA

Neste capítulo apresenta-se a revisão teórica sobre a temática em estudo contemplando os principais tópicos que serão discutidos na análise dos resultados.

2.1 O PROCESSO DE CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS

O processo de convergência contábil das normas brasileiras de contabilidade significa que as empresas brasileiras devem elaborar suas demonstrações contábeis de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade. Com essas novas regras, ocorreram diversas alterações no universo contábil, como a obrigatoriedade de elaboração da Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) e da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), a criação do grupo ativo intangível e contas de ajustes de avaliação patrimonial. (MARION, 2009).

Além dessas demonstrações obrigatórias, Marion (2009), cita algumas das principais alterações na legislação societária, como a criação do grupo ativo intangível e contas contábeis como ajustes de avaliação patrimonial e a mudança para avaliação dos investimentos, passando para o Método da Equivalência Patrimonial, além da companhia ter de efetuar, periodicamente, análise de recuperabilidade de seus ativos.

O processo de globalização dos mercados fez com que as empresas de capital aberto adotassem a harmonização contábil praticamente em todo mundo, pois assim os investidores tem a possibilidade de conhecerem melhor a empresa, já que apresenta maior clareza e apresenta as informações na linguagem de cada investidor (FERNANDES; SANTOS; SCHMIDT, 2007).

Por seu turno as companhias terão a oportunidade de se expandirem aos mercados exteriores, não se limitando a negociar suas ações apenas em sua região de origem, mas em vários países do mundo. No entanto, como afirmam Oliveira e Lemes (2011), para isso as empresas precisam divulgar as demonstrações contábeis aos usuários com dados confiáveis e compreensíveis.

Como salienta Andrade (2002), a harmonização é uma forma de abrir o mercado brasileiro aos investidores internacionais e tornar os atos mais transparentes para os mercados externos, além disso, melhora a relação do país com o exterior.

Segundo Antunes *et al* (2012), com a inovação da contabilidade resultante da convergência às normas internacionais, o profissional da contabilidade passou a ter maior qualidade das informações contábeis, assim como o economista que utiliza essas informações e demais interessados como investidores e analistas do mercado financeiro. Já que essas mudanças tornou as informações mais compreensíveis, tendo maior relevância, e confiabilidade podendo ainda o usuário comparar as informações divulgadas.

2.1.1 O Papel do IASB e do CPC (Fundamentação Legal)

Com a promulgação da Lei 11.638/07 e Pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a partir de 2010 as normas brasileiras de contabilidade deviam ser elaboradas de acordo com os padrões internacionais.

O *International Accounting Standards Board* (IASB) foi criado em 2001 em substituição ao *International Accounting Standards Committee* (IASC), e de acordo com Niyama e Silva (2011), é um órgão sem fins lucrativos que tem o objetivo de estimular a harmonização da contabilidade, sendo esse órgão responsável por emitir Normas Contábeis em nível internacional.

Niyama e Silva (2011) acrescentam ainda que, cumpridos esses objetivos requeridos pelo IASB os acionistas terão diversos benefícios, quais sejam a comparabilidade das informações, o que permite melhor avaliação em diferentes economias e culturas.

A fundação *International Accounting Standards Committee* (IASC), em 2010, passou a denominar-se Fundação *International Financial Reporting Standards* (IFRS), a qual é composta por curadores que autorizam a constituição dos membros do colegiado do *International Accounting Standards Board* (IASB).

Em razão das necessidades de convergência das normas contábeis e representação e processos democráticos na produção dessas informações, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC), criou através da Resolução CFC nº 1.055/05 o Comitê de Pronunciamentos Contábeis, resultantes da união de esforços da Associação Brasileira das Companhias Abertas (ABRASCA), Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais (APIMEC), Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras (FIPECAFI) E Instituto dos Auditores Independentes do Brasil (IBRACON), que tem por objetivos:

Estudar, preparar e emitir Pronunciamentos Técnicos sobre Procedimentos de Contabilidade e divulgar informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pela entidade reguladora brasileira, visando à centralização e uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da Contabilidade Brasileira aos padrões internacionais (CFC, 2005).

A figura 01 traz os CPCs aprovados pela Entidade Reguladora (CFC) que traduzem o padrão de normas internacionais que devem ser atendidas pelas empresas brasileiras.

CPC "00" - "Pronunciamento Conceitual Básica - Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis" ("Framework" - IASB) - contém os princípios e conceitos básicos que regem a preparação e a apresentação dessas demonstrações.	CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos" (IAS 36) - " <i>Impairment</i> " - nenhum ativo pode ficar por valor maior do que seu valor de venda ou sua capacidade de geração de caixa; recuperação posterior e revertida, exceto no <i>goodwill</i> .	CPC 02 - "Efeitos das mudanças nas taxas de câmbio e conversão de demonstrações contábeis" (IAS 21) - Variação cambial de investimento societário no exterior não é resultado até baixa final do investimento. Moeda funcional: definição e adoção; moeda de reporte.
CPC 03 - "Demonstração dos Fluxos de Caixa" (IAS 7) - Todos os fluxos de caixa são agrupados em 3 conjuntos de fluxos: das atividades operacionais, das de investimento e das de financiamento.	CPC 04 - "Ativo Intangível" (IAS 38) - Maior restrição ao ativo intangível: saem despesas pré-operacionais, gastos com pesquisa; não há ativo diferido; gastos com desenvolvimento são ativos, mas com restrição; restrição no registro de intangíveis gerados internamente, contínua vedação de ativação de <i>goodwill</i> gerado internamente, intangíveis sem vida útil definida não são mais amortizados (<i>goodwill</i> , p.e.); <i>softwares</i> com vida própria.	
CPC 05 - "Divulgação sobre Partes Relacionadas" (IAS 24) - Muda o conceito de parte relacionada, mais voltado à figura de quem controla ou possa ter influência sobre a gestão - inclui pessoas físicas e jurídicas.	CPC 06 - "Operações de Arrendamento Mercantil" (IAS 17) - os <i>leasings</i> financeiros são vendas no arrendador e compras de ativos no arrendatário; os operacionais, não.	CPC 07 - "Subvenção e Assistência Governamentais" (IAS 20) - as subvenções para investimento e para custeio transitam pelo resultado, no ato ou posteriormente conforme a situação; algumas podem ser segregadas depois para evitar tributação.
CPC 08 - "Custos de Transação e Prêmios na Emissão de Títulos e Valores Mobiliários" (IAS 39 - parte) - Encargos financeiros incluem custos da transação, como gastos com intermediários, publicações, contratos, viagens etc., apropriados ao longo do tempo; gastos com emissão de ações não são despesas da entidade.	CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado" (BR) - Evidencia a geração do valor adicionado (pedaço do PIB criado pela entidade), e como é distribuído entre recursos humanos, capitais de terceiros, capitais próprios e governo.	CPC 10 - Pagamento baseado em ações (IFRS 2) - <i>Stock options</i> são despesas reconhecidas com base no valor justo das opções quando outorgadas aos administradores e empregados e distribuídas pelo prazo contratual.
CPC 11 - "Contratos de seguros" (IFRS 4) - quando o contrato é de seguro, mesmo que não com seguradora, e como contabilizar.	CPC 12 - "Ajuste a valor presente" - ativos e passivos de longo prazo são ajustados a valor presente (exceto tributos diferidos, e os de curto quando relevante o ajuste).	CPC 13 - "Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da MP 449/08" (BR) (válido só para 2008).
CPC 14 - "Instrumentos financeiros: Reconhecimento, Mensuração e Evidenciação" - fase I. (IAS 39, IAS 32 e IFRS 7 - partes) - revogado a partir de 2010, transformado na OCPC 03.	CPC 15 - "Combinação de Negócios" (IFRS 3) - <i>Goodwill</i> (ágio por expectativa de rentabilidade futura) na combinação de negócios e só o que exceder o valor justo dos ativos e passivos adquiridos, inclusive ativos não contabilizados e passivos contingentes (diferença entre valor justo e valor contábil não é ágio, e sim mais-valia); <i>goodwill</i> não é amortizável, sofre baixa por <i>impairment</i> . "Deságio" e ganho por compra vantajosa e reconhecido imediatamente no resultado.	

Figura 01: Resumo dos CPCs aprovados como Norma Brasileira de Contabilidade

Continua...

Continuação

CPC 16 - "Estoques" (IAS 2) - Na produção de estoques, ociosidade e despesa (capacidade normal e a base); LIFO (UEPS) não é aceito.	CPC 17 - "Contratos de Construção" (IAS 11) - como antes: resultado apurado conforme execução, a não ser que imprevisível o término; prejuízo reconhecido imediatamente.	CPC 18 - "Investimento em Coligada e em Controlada" (IAS 28) - Eliminação de resultado não realizado em transações da investidora para a investida, inclusive coligada, e da controlada para controladora ou outras Controladas.
CPC 19 - "Investimento em Empreendimento Controlado em Conjunto" (IAS 31) - <i>Joint ventures</i> avaliadas, no individual, pela equivalência.	CPC 20 - "Custos de Empréstimos" (IAS 23) - sem mudança para companhias abertas; juros durante construção integram o custo do ativo produzido a longo prazo.	CPC 21 - "Demonstração Intermediária" (IAS 34) - informações trimestrais ao público. Só é necessário, como nota, o que difere das demonstrações do final do exercício anterior.
CPC 22 - "Informações por Segmento" (IFRS 8) - Informação por segmento de atividade econômica conforme definida gerencialmente: ativos, passivos, receitas e despesas. Também informação por região geográfica, quando cabível. Basicamente só para companhia aberta ou tenha a obrigação estabelecida por órgão regulador próprio.	CPC 23 - "Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro" (IAS 8) - mudança de política contábil e retificação de erro obrigam à reapresentação das demonstrações anteriores; mudança de estimativa só com efeito prospectivo.	CPC 24 - "Evento Subsequente" (IAS 10) - Evento entre balanço e data da autorização para emissão pode retificar balanço se relativo a fato dessa data; caso contrário, não, uma nota pode ser suficiente. Obrigação de informar data em que é autorizada a emissão (conhecimento ao Conselho de Administração, Conselho Fiscal etc.).
CPC 25 - "Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes" (IAS 37) - Sem mudança; provisão para riscos contingentes quando prováveis (> 50%); se possíveis, só nota; se remotos, nada. Ativo contingente não é ativável, só quando praticamente certo. Custos de desativação são provisionados durante imobilização; gastos com paradas programadas não são provisionáveis, com novos custos ativados e anteriores baixados.	CPC 26 - "apresentação das Demonstrações Contábeis" - (IAS 1) criação da Demonstração do Resultado Abrangente: começa com Lucro Líquido, identifica outros resultados abrangentes (variações cambiais do CPC 02, variações a valor justo de certos ativos e passivos, <i>stock options</i> (contrapartida da despesa), reavaliação etc.) e reclassificação para o resultado.	CPC 27 - "Ativo Imobilizado" (IAS 16) - no Brasil, vedada a reavaliação do imobilizado que o IASB expressamente não recomenda, mas aceita. Depreciação com base na vida útil econômica e valor residual de venda. Inclui alguns gastos que no Brasil iam para o Ativo Diferido (preparação de máquinas, por exemplo). Inclui intangível vinculado ao imobilizado, como <i>softwares</i> sem vida própria.
CPC 28 - "Propriedade para Investimento" (IAS 40) - novidade; imóveis destinados a renda ou a valorização, mantidos a parte podem ser avaliados a valor justo ou ao custo.	CPC 29 - "Ativo Biológico e Produto Agrícola" (IAS 41) - produtos agrícolas vegetais e animais na colheita ou nascimento, e após, enquanto <i>commodities</i> são avaliados ao valor justo. Novidade mundial: Ativos biológicos também (imobilizado gerador de produto agrícola).	CPC 30 - "Receitas" (IAS 18) - condições de registro da receita (preço objetivo, execução do que é relevante para consegui-la, capacidade de realização financeira e despesas associadas mensuráveis, aumento do patrimônio líquido). Segregação de vários produtos ou serviços vendidos conjuntamente. Fidelidade de clientes (milhagem, prêmios etc.) obriga a distribuição da receita para o que é ofertado "gratuitamente".

Figura 01: Resumo dos CPCs aprovados como Norma Brasileira de Contabilidade

Continua...

Continuação

CPC 31 - "Ativo Não circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada" (IFRS 5) - ativo não circulante destinado a venda transferido para o circulante só quando de certas condições restritas e por não mais do que um balanço; pelo valor original ou o valor justo diminuído das despesas de venda, dos dois o menor.	CPC 32 - "Tributos sobre o Lucro" (IAS 12) - Imposto de Renda e contribuição Social apropriado por total competência, e não só quando devido legalmente; sem mudanças. Tributos diferidos não são ajustados a valor presente.	CPC 33 - "Benefícios a Empregados" (IAS 19) - benefícios pós-emprego 100% provisionáveis quando recebido o serviço. Benefícios definidos mensurados a valor presente conforme critério da unidade de crédito projetada.
CPC 34 - "Exploração e Avaliação de Recurso Mineral" (IFRS 6) - o IASB não o obriga e aceita as práticas atuais e esse documento é parcial, não abrangendo as fases de prospecção, desenvolvimento e extração. Será emitido quando do documento original do IASB.	CPC 35 - "Demonstrações Separadas" (IAS 27) - novidade no Brasil para substituir equivalência patrimonial ou consolidação; optativas e adicionais as obrigatórias. Quando investimento societário avaliado por valor justo ou ao custo representa melhor do que equivalência patrimonial ou consolidação. Investimento "com cara de portfólio".	CPC 36 - "Demonstrações consolidadas" (IFRS 10) - O objetivo deste Pronunciamento é estabelecer princípios para a apresentação e elaboração de demonstrações consolidadas quando a entidade controla uma ou mais entidades.
CPC 37 - "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade" (IFRS 1) - como se aplicam as IFRSs pela primeira vez para demonstrações consolidadas totalmente conforme IASB (bancos, seguradoras e companhias abertas). Ajustes retroativos obrigatórios ou opcionais.	CPC 38 - "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração" (IAS 39) – instrumentos financeiros: se mantidos até o vencimento, registrados pelo custo amortizado ("curva"); derivativos e instrumentos colocados a venda: pelo valor justo, alterando o resultado; para venda futura: valor justo, em outro resultado abrangente até venda, no patrimônio líquido, mais juros intrínsecos no resultado; <i>hedge</i> , só quando assim classificado na origem e comprovação da efetividade; baixa de instrumentos financeiros, só quando transferidos riscos e benefícios. <i>Impairment</i> só por perdas efetivas. Derivativos embutidos desmembrados.	
CPC 39 - "Instrumentos Financeiros: Apresentação" (IAS 32) – Apresentação de Instrumentos Financeiros: classificação pela essência; ações resgatáveis são Passivo; debentures perpétuas participantes no acervo líquido iguais as ações ordinárias ou conversíveis à opção da empresa, com essa intenção são PL.	CPC 40 - "Instrumentos Financeiros: Evidenciação" (IFRS 7) - divulgação de instrumentos financeiros: notas explicativas completas, quadro de análise de sensibilidade.	CPC 41 - "Resultado por ação" (IAS 33) – o IASB ficou de alterá-lo, contudo não o fez e retirou a urgência - sendo emitido no início de 2010.
CPC 42 - "Contabilidade e Evidenciação em Economia Hiperinflacionária" (IAS 29) – em processo de sugestão ao IASB para modificação.	CPC 43 - "Adoção Inicial dos Pronunciamentos Técnicos CPC 15 a 40" (BR) - objetivo: demonstrações individuais com mesmo LL e PL que os das consolidadas (raras exceções). Vinculado ao CPC 37.	CPC 44 - "Demonstrações Combinadas". As demonstrações combinadas são elaboradas com o objetivo de apresentar informações contábeis de entidades que possuem controle comum, mas que não formam uma pessoa jurídica.

Figura 01: Resumo dos CPCs aprovados como Norma Brasileira de Contabilidade

Continua...

Continuação

CPC 45 – “Divulgação de Participações em outras Entidades” (IFRS 12). Este Pronunciamento deve ser aplicado por entidade que tenha participação em controladas, negócios em conjunto, coligadas, entidades estruturadas não consolidadas.	CPC 46 – “Mensuração do Valor Justo” (IFRS 13) O valor justo é uma mensuração baseada em mercado e não uma mensuração específica da entidade. Para alguns ativos e passivos, pode haver informações de mercado ou transações de mercado observáveis disponíveis e para outros pode não haver. Contudo, o objetivo da mensuração do valor justo em ambos os casos é o mesmo – estimar o preço pelo qual uma transação não forçada para vender o ativo ou para transferir o passivo ocorreria entre participantes do mercado na data de mensuração sob condições correntes de mercado.
---	--

Figura 01: Resumo dos CPCs aprovados como Norma Brasileira de Contabilidade

Fonte: Iudicibus (2010) e CFC (2015).

Na Figura 01 acima é apresentado todos os CPCs aprovados, o assunto e a correlação com o *International Accounting Standards Board* (IASB). Com as traduções das normas internacionais de contabilidade com algumas traduções da linguagem.

2.2 ANTECEDENTES DO TEMA “CONVERGÊNCIA DAS NORMAS DE CONTABILIDADE”

Dos trabalhos realizados que tratam do assunto, Antunes G; Antunes J. e Penteadó (2007), com o intuito de identificar as características e os problemas que poderiam advir com a Adoção das Normas Internacionais de Contabilidade: O IFRS-1 realizou um trabalho sobre A Convergência Contábil Brasileira e concluiu que tais mudanças acarretariam muitos custos, além disso, haveria grandes dificuldades para o entendimento da norma pelos usuários.

Lindner, Cunha e Faveri (2013) realizaram um estudo com o objetivo de verificar se a aplicação da Lei 11.638/07 e 11.941/09 provocaria algum impacto significativo no financeiro da empresa. Feita as devidas comparações de antes e depois de aplicadas as referidas Leis, concluíram que não houve alterações relevantes nos resultados dos indicadores econômicos financeiros das empresas pesquisadas.

No estudo de Malaquias (2008) acerca da avaliação de *disclosure* das demonstrações financeiras de empresas brasileiras, o nível de evidenciação pelos relatórios disponibilizados na *Securities and Exchange Commission* (SEC) foram superiores aos das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP), em média de 39%. Neste trabalho o autor frisou que os dois tipos de relatórios apresentaram deficiência em relação à norma analisada, sendo que em ambos o índice de cumprimento foi inferior a 75%.

Ponte *et al* (2012a) investigou o grau de cumprimento das orientações de divulgação definidas no CPC 13 pelas companhias listadas na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), a partir das Demonstrações Financeiras Padronizadas (DFP) de 2008, em que foram analisadas as DFPs de 334 companhias. Na pesquisa constatou-

se um baixo índice de atendimento das orientações de divulgação, sendo que apenas 33 companhias, ou seja, menos de 10% da amostra, declararam explicitamente o cumprimento integral do teor da Lei nº 11.638/07.

Oliveira (2010) ao analisar se as informações contábeis divulgadas nos mercados brasileiro e norte-americano atendem aos requisitos da adoção inicial das IFRS, tendo como suporte as demonstrações contábeis elaboradas para o ano de 2008 de acordo com os US GAAPs e os BR GAAPs de 20 empresas brasileiras listadas simultaneamente na *New York Stock Exchange* (NYSE) e na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA), verificaram que o nível de convergência das demonstrações contábeis dos US GAAPs são superiores aos dos BR GAAPs, sendo que nos BR GAAP (65% da amostra) e nos US GAAP (95% da amostra) cumprem com mais de 50% dos requisitos das IFRS, no entanto o maior índice encontrado na DFP correspondeu ao atendimento de 57,8% dos requisitos das IFRS afirmou ainda que o setor de atuação e o tamanho da empresa influem diretamente no *disclosure* das informações.

O Pronunciamento Técnico CPC 01 que trata da Redução ao Valor Recuperável de Ativos, determina que a entidade deve realizar o teste de *impairment* anualmente, e caso os ativos estiverem avaliados por valor superior ao valor não recuperável no futuro, seja por meio do uso ou da venda, a entidade deverá reduzir esses ativos ao seu valor recuperável. Além de reduzir o valor dos ativos, a entidade deve ainda reconhecer no resultado a perda referente a essa desvalorização (CFC, 2013).

De acordo com Ono, Rodrigues e Niyama (2011), no estudo realizado com as informações de 2008, acerca da aderência dos dispositivos contidos no CPC 01 pelas Companhias, verificaram que de um total de 132 empresas, 16 apuraram os ajustes a valor recuperável de ativos e realizaram a contabilização da desvalorização, sendo que as demais (120) apenas informaram que revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos e que não houve perdas.

O Ajuste a Valor Presente, Tratado no CPC 12, entre outras exigências requer que os elementos do ativo e passivo sejam ajustados a valor presente, tanto as operações de curto ou longo prazo, devendo, serem avaliadas com base em taxas de desconto que contemple as melhores avaliações do mercado (FERRARI, 2013).

A respeito da matéria, no estudo de Ponte *et al* (2012b), ao analisar o grau de observância das práticas de divulgação insertas no CPC 12, relativas ao Ajuste a Valor Presente de 334 empresas, verificou que apenas 110 tinham aplicado o Ajuste a Valor

Presente e registrado seus impactos nas demonstrações contábeis, sendo o resultado considerado insatisfatório para os autores.

Costa (2012) ao analisar o grau de cumprimento dos requisitos de divulgação previstos na IAS 16 referente ao Ativo Imobilizado das empresas *Euronext* Lisboa, no período 2005 a 2010, constatou-se um grau de cumprimento dos requisitos de divulgação de 67,3%, sendo que de 2005 até o ano de 2010 verificou-se uma evolução no cumprimento desse item de 4,6%, indicando que as empresas estão cada vez mais a cumprir os requisitos exigidos por essa norma.

De acordo com a Lei 6.404/76 alterada pela Lei 11.638/07 o Ativo Imobilizado

É composto pelos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia ou da empresa ou exercidos com essa finalidade, inclusive os decorrentes de operações que transfiram à companhia os benefícios, riscos e controle desses bens.

De acordo com o CPC 15 o termo combinação de negócios se refere a uma operação em que um adquirente obtém o controle de um ou mais negócios, independentemente da forma jurídica da operação, podendo ainda resultar da união de empresas em uma só entidade pela obtenção do controle sobre os ativos (CFC, 2013).

Nesse sentido, Bachir (2013) realizou um estudo nas empresas brasileiras de capital aberto com informações de 2010-2011, para identificar se as demonstrações divulgadas atendiam aos requisitos do CPC 15, e o resultado mostrou que o índice de atendimento foi de 56,7%, o autor pondera que apenas uma empresa cumpriu com 100% dos quesitos analisados.

2.3 DIFICULDADES ENCONTRADAS PARA A CONVERGÊNCIA DAS NORMAS CONTÁBEIS

De acordo com pesquisa realizada por Shimamoto e Reis (2010), ao investigar a percepção dos profissionais de contabilidade a cerca da convergência das normas internacionais, verificou-se que apesar da maioria dos contadores e contabilistas entrevistados a época concordarem que a adoção das novas normas contábeis a contabilidade teria uma maior utilidade para os usuários externos da empresa, ainda apresentavam resistência em promover tais mudanças.

Souza (2009) pesquisou quais seriam as principais dificuldades enfrentadas para a adoção das práticas contábeis harmonizadas com as IFRS no Brasil, e de acordo com a percepção dos auditores, acadêmicos e outros profissionais da área contábil entrevistados os principais empecilhos apontados foi a referente a qualificação da mão de obra, mudança de

um sistema baseado em regras para outro baseado em princípios, tornando-os mais subjetivos, e influência da legislação fiscal.

Segundo Souza e Coutinho Filho (2007) a principal dificuldade para adequação das normas brasileiras de contabilidade em relação às normas internacionais era a carência de profissionais com conhecimento no assunto e ainda a falta de especialistas para ministrarem cursos e treinamentos.

3 MÉTODO

Esta seção apresenta os procedimentos metodológicos adotados para realização da pesquisa.

3.1 CLASSIFICAÇÃO DA PESQUISA

Gerhardt e Silveira (2009) classificaram as pesquisas quanto a sua abordagem, sua natureza, seus objetivos e seus procedimentos. Quanto à forma de abordagem esta pesquisa classifica-se como quantitativa, que na ótica de Lakatos e Marconi (2010), consiste no levantamento de dados e posteriormente sua análise, com objetividade a fim de comprovação de hipóteses.

Já quanto a natureza classifica-se como pesquisa aplicada que de acordo com Kauark *et al* (2010, p. 26), “objetiva gerar conhecimentos para aplicação prática, dirigida à solução de problemas específicos, sendo que envolve verdades e interesses locais”.

Para que se realizassem os objetivos inicialmente descritos foi realizado um estudo descritivo, que na concepção de Gil (2008), este tipo de pesquisa tem por finalidade avaliar as características de determinada amostra através de utilização de coleta de dados, o que comunga com as características desta pesquisa, tendo em vista que foi realizada uma avaliação de quesitos em documentos.

Quanto aos procedimentos técnicos este trabalho classifica-se como pesquisa documental que, ainda no entendimento de Gil (2008), consiste na utilização de informações disponibilizadas por órgãos ou empresas que podem ser documentos oficiais, reportagens de jornal, cartas, contratos, diários, filmes, fotografias, gravações, relatórios de pesquisa, relatórios de empresas e tabelas estatísticas, dessa forma vai ao encontro da realidade deste trabalho, já que se utilizou de Relatórios, Demonstrações Financeiras e Notas Explicativas disponíveis ao público.

3.2 DADOS E COLETA DE DADOS

Para a seleção das empresas da amostra levou-se em consideração o trabalho realizado por Oliveira (2010). Assim, fizeram parte da amostra da presente pesquisa as empresas que tiveram o índice de convergência para o padrão internacional de contabilidade abaixo da média geral naquela pesquisa e que estão ativas no mercado, além de terem divulgado seus relatórios anual do exercício de 2014 na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) até o dia 31 de março de 2015.

No trabalho de Oliveira (2010) foram analisadas as demonstrações financeiras elaboradas tanto em conformidade com os Princípios Contábeis Geralmente aceitos no Brasil (BR GAAP) como pelos Princípios Contábeis Geralmente aceitos nos Estados Unidos (US GAAP), enquanto que esta pesquisa restringiu se apenas em analisar o índice de convergência das demonstrações financeiras elaboradas em BR GAAP.

A tabela 01 a seguir demonstra os índices por empresa, de acordo com os resultados obtidos por Oliveira (2010), bem como a média geral, a qual serviu de parâmetro para amostra desta pesquisa.

Tabela 01: Índice de Convergência por Empresa e Média Geral

Empresas	Índice		Índice
Aracruz Celulose S.A.	52,48	Perdigão S.A.	47,70
Brasil Telecom Participações S.A.	54,27	Petrobrás – Petróleo Brasileiro S.A.	55,28
Braskem S.A.	50,53	Sadia S.A.	48,57
Companhia Brasileira de Distribuição	56,77	Tele Norte Leste Participações S.A.	54,49
Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig	50,30	Telecomunicações de São Paulo S.A-Telesp	49,72
Companhia Paranaense de Energia (COPEL)	50,00	Telemig Celular Participações S.A.	51,68
Companhia Siderúrgica Nacional	47,37	Tim Participações S.A.	51,94
Companhia Vale do Rio Doce (Vale)	57,89	Ultrapar Participações S.A.	53,42
CPFL Energia S.A.	50,28	Vivo Participações S.A.	47,74
Embraer-Empresa Brasileira de Aeronáutica	47,83	Votorantim Celulose e Papel S.A.	43,11
Média Geral 51,03			

Fonte: Elaborada pelo autor, adaptada de Oliveira (2010)

Tendo em vista que algumas empresas tiveram seus registros cancelados e que algumas tiveram o capital incorporado por outras companhias, caso das Companhias Vivo Participações e a Telecomunicações de São Paulo (TELESP), ou fusão, ocorrido entre Aracruz Celulose e Votorantim Celulose, bem como a Sadia e Perdigão, restaram nove empresas para a amostra, contudo as Demonstrações Financeiras da CPFL Energia não foram encontradas no sítio da CVM, sendo assim, a amostra da pesquisa constou de oito empresas.

A figura 02 a seguir demonstra a denominação de cada empresa que teve suas Demonstrações avaliadas neste estudo e o setor de atuação.

Empresas	SETOR DE ATUAÇÃO
Braskem S.A	Química
BRF Brasil	Alimentos e bebidas
Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig	Energia Elétrica
Cia Siderúrgica Nacional	Siderurgia e Metalurgia
Companhia Paranaense de Energia (COPEL)	Energia Elétrica
Embraer S.A	Veículos e Peças
Fibria Celulose S.A	Papel e Celulose
Telefônica Brasil S.A	Telecomunicações

Figura 02: Empresas e Setores de Atuação.

Fonte: Elaborada pelo autor.

Para a coleta dos dados para realização da pesquisa utilizou-se o sítio eletrônico da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e a Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA).

A Figura 03 a seguir demonstra as normas aplicadas, assim como sua correlação com o órgão regulador.

Nº CPC	Nº IASB	Assunto	Nº CPC	Nº IASB	Assunto
CPC 01 (R1)	IAS 36	Redução ao Valor Recuperável de Ativos	CPC 25	IAS 37	Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes
CPC 04 (R1)	IAS 38	Ativo Intangível	CPC 26 (R1)	IAS 1	Apresentação das Demonstrações Contábeis
CPC 05 (R1)	IAS 24	Divulgação sobre Partes Relacionadas	CPC 27	IAS 16	Ativo Imobilizado
CPC 06 (R1)	IAS 17	Operações de Arrendamento Mercantil	CPC 29	IAS 41	Ativo Biológico e Produto Agrícola
CPC 07 (R1)	IAS 20	Subvenção e Assistência Governamentais	CPC 31	IFRS 05	Ativo Não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada
CPC 15 (R1)	IFRS 3	Combinação de Negócios	CPC 33 (R1)	IAS 19	Benefícios a Empregados
CPC 20 (R1)	IAS 23	Custos de Empréstimos	CPC 41	IAS 33	Resultado por Ação
CPC 18 (R2)	IAS 28	Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto.	CPC 45	IFRS 12	Divulgação de Participações em outras Entidades
CPC 19	IFRS 11	Negócios em Conjunto	CPC 46	IFRS 13	Mensuração do Valor Justo
CPC 22	IFRS 8	Informações por Segmento			

Figura 03: Relação de normas analisadas no estudo.

Fonte: Elaborado pelo autor.

3.3 OPERACIONALIZAÇÃO DO ESTUDO

Para avaliar se os relatórios das empresas cumpriam com as normas em IFRS elaborou-se um roteiro contendo os principais itens de cada norma, sendo que foi utilizado todas as que foram objeto de estudo no trabalho de Oliveira (2010), além de serem

acrescentadas as normas que tratam de Negócios em conjunto (IFRS 11), Divulgação de Participações em Outras Entidades (IFRS 12) e Mensuração do Valor Justo (IFRS 13), que foram aprovadas após o ano de 2010.

A escolha desse critério justifica-se por manter a coerência com a pesquisa realizada por Oliveira (2010), já que este estudo buscou também verificar se passados quatro anos do trabalho desse autor houve avanço, retrocesso ou permanece o mesmo índice de cumprimento das Normas Internacionais de Contabilidade.

O método adotado para o cálculo do índice de cumprimento das exigências levou-se em consideração se cada norma era ou não aplicável a certa empresa, assim, se nas demonstrações Financeiras analisadas fossem apresentadas o item que se buscava, esse recebia 1 (um) ponto, se não 0 (zero).

Os itens para avaliação são os que se encontram no roteiro do Apêndice e Anexo A que é composto por 87 itens subdivididos em Mensuração (19), Reconhecimento (18) e Divulgação (51).

3.4 TRATAMENTO DOS DADOS

Para atingir os objetivos deste trabalho foi elaborado um roteiro conforme se encontra no Apêndice e Anexo A para verificação do nível de aderência dos relatórios contábeis BR GAAP para as IFRS e foi utilizado a técnica de análise de conteúdo, que, de acordo com Silva (2006, p. 67), “é um método que, na maioria dos seus resultados, é subjetivo, contudo poderá ser empregado em situação formalizada”.

Bardin (1977) ensina que a análise de conteúdo significa extrair uma informação se utilizando de um roteiro, sendo realizado uma pré-análise, após selecionar os documentos para exploração, sendo aplicadas as técnicas conforme os objetivos e o tratamento para interpretações.

Bardin (1977) ainda define análise de conteúdo como um procedimento que tem por objetivo adquirir uma descrição do conteúdo de um texto que possibilita a inferência de conhecimento do método utilizado para sua produção, que difere da análise de discurso por essa se caracterizar por trabalhar os processos e os meios de produção.

3.5 CRITÉRIOS ADOTADOS PARA ANÁLISE DE CONTEÚDO

A verificação dos itens nos relatórios foi realizada através de análise de conteúdo, e utilizado a busca nas demonstrações por palavras-chave que contém relação com os itens analisados.

O método adotado para o cálculo do índice de cumprimento das exigências levou-se em consideração se cada norma era ou não aplicável a certa empresa, assim, se nas demonstrações Financeiras analisadas fossem apresentadas o item que se buscava, esse recebia 1 (um) ponto, se não 0 (zero).

Dessa forma os itens foram calculados conforme a equação 1 conforme Oliveria e Lemes (2011).

$$IC = \frac{S}{T} \times 100 \quad (1)$$

Em que,

IC = Índice de Convergência; S = quantidade de itens atendidos; e T = quantidade de itens avaliados.

Assim, foi utilizado também um editor de texto para facilitar a busca de acordo com as palavras que referisse ao assunto conforme a figura 03 apresentada na seção 3.2 Dados e Coleta de Dados.

4 RESULTADOS E ANÁLISES DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados os resultados do estudo que teve como objetivo verificar o Nível de Atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade de Empresas Brasileiras que Negociam Ações na BM&FBOVESPA.

4.1 ANÁLISES DOS ÍNDICES DE ADERÊNCIA

Em análise aos resultados, verificou-se que em todas as empresas da amostra o índice de convergência nas demonstrações foram superiores ao encontrado na pesquisa de Oliveira (2010), sendo todas acima de 60%, e o maior índice de convergência encontrado foi 81,82%, calculado para a empresa BRF Brasil e a média geral para a amostra foi de 72,38%, que em termos percentuais é de 21,35% superior ao verificado no trabalho de Oliveira (2010), qual

seja 51,03%, o que evidencia uma boa evolução para o atendimento das Normas Internacionais de Contabilidade.

A seguir são apresentados os resultados das análises dos relatórios das oito empresas, que resultou no índice geral de convergência calculados de acordo com a equação 1.

Tabela 02: Índice de Convergência por Empresa

Empresas	Índice (2010)	Índice (2014)
Braskem S.A	50,53%	68,12%
BRF Brasil	47,70%	81,82%
Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig	50,30%	67,11%
Cia Siderúrgica Nacional	47,37%	79,73%
Companhia Paranaense de Energia (COPEL)	50,28%	61,84%
Embraer S.A	47,83%	76,39%
Fibria Celulose S.A	43,11%	74,29%
Telefônica Brasil S.A	49,72%	69,70%
Média Geral	48,36%	72,38%

Fonte: Elaborada pelo autor.

Observa-se que o índice de Atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade para o ano de 2014 foi superior aos encontrados no trabalho de Oliveira (2010) por todas as empresas, resultado que confirma a justificativa do autor ao mencionar em seu trabalho que o motivo dos relatórios elaborados em BR GAAP terem índices menores de atendimento às IFRS em comparação aos relatórios em US GAAP seria devido aqueles estarem ainda em processo inicial de convergência.

Apesar de os índices encontrados terem evoluído em comparação aos encontrados nessas mesmas empresas por Oliveira (2010), observa-se que o grau de cumprimento para algumas empresas ainda continua com índice aproximado ao que foi encontrado por esses autores, contudo não ocorreu em nenhuma empresa analisada obter índice de convergência inferior aos encontrados em 2010 por aquele autor.

Ao confrontar os índices de Atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade encontrados por meio desta análise com os do trabalho realizado por Oliveira (2010), observa-se que houve um percentual de crescimento significativo, já que o índice encontrado para as cinco empresas que alcançaram os maiores índices de convergência em 2010, são todos inferiores aos obtidos pelas empresas dessa amostra que tiveram os menores índices para o ano de 2014, conforme demonstra a tabela 03 que mostra os maiores índices verificado em 2010 em comparação com os menores de 2014.

Tabela 03: comparação dos índices de convergência de 2010 e 2014

Empresas (2010)	Índice	Empresas (2014)	Índice
Vale	57,89%	COPEL	61,84%
Companhia Brasileira de Distribuição	56,77%	CEMIG	67,11%
Petrobrás	55,28%	Braskem S.A	68,12%
Tele Norte Leste Participações	54,49%	Telefônica Brasil S.A	69,70%
Brasil Telecom	54,27%	Fibria Celulose S.A	74,29%
Média Geral	55,74%		68,21%

Fonte: elaborada pelo autor.

A tabela 03 acima demonstra as cinco empresas que obtiveram os maiores índices de atendimento dos quesitos das IFRS em 2010, de acordo com os resultados apresentados por Oliveira (2010) e as cinco empresas que alcançaram os menores índices de cumprimento dos itens aplicados nesta pesquisa para o ano de 2014.

Na tabela 4 a seguir são apresentados os índices calculados por setor de atuação e por bloco de questões (Mensuração, Reconhecimento e Divulgação) realizado por Oliveira (2010).

Tabela 04: Índices por bloco de questões e setor de atuação

Sector de Atuação	Mensuração	Reconhecimento	Divulgação
Alimentos e Bebidas	70,00%	69,64%	41,06%
Comércio	76,92%	76,19%	51,24%
Energia Elétrica	72,09%	68,83%	44,16%
Mineração	86,67%	79,17%	50,76%
Papel e Celulose	70,37%	68,89%	40,68%
Petróleo e Gás	93,75%	80,00%	46,41%
Química	78,57%	77,08%	44,19%
Siderurgia e Metalurgia	86,67%	65,22%	38,60%
Telecomunicações	85,06%	69,34%	44,40%
Veículos e Peças	78,57%	65,71%	41,14

Fonte: Oliveira (2010).

No trabalho de Oliveira (2010), o bloco divulgação foi inferior aos demais em todos os setores de atuação, sendo que o maior índice encontrado nesse bloco foi 51,24% de cumprimento às IFRS, ressalte-se que naquela pesquisa o autor avaliou por setor de atuação, contudo o resultado por empresa individual não seria diferente já que os índices seriam somados e os resultados por bloco não seriam alterados.

Tabela 05: Índices por bloco de questões

Empresas	Mensuração	Reconhecimento	Divulgação
Braskem S.A	85,71%	50,00%	72,09%
BRF Brasil	92,31%	84,62%	76,19%
Companhia Energética de Minas Gerais – Cemig	71,43%	76,47%	63,41%
Cia Siderúrgica Nacional	70,59%	76,47%	81,58%
Companhia Paranaense de Energia (COPEL)	75,00%	60,00%	62,5%
Embraer S.A	78,57%	78,57%	76,19%
Fibria Celulose S.A	66,67%	73,33%	78,05%
Telefônica Brasil S.A	75,00%	68,75%	71,43%
Média Geral	68,09%	71,03%	72,68%

Fonte: Elaborada pelo autor.

De outro modo, como se verifica na tabela 05, os índices de cumprimento alternaram, não tendo um bloco específico se destacado obtendo o maior ou menor grau de cumprimento, tanto que o bloco mensuração foi o que obteve o maior índice de cumprimento (92,31%), e foi o que alcançou a menor média geral.

A tabela 06 mostra os índices de convergência encontrados por empresa de auditoria.

Tabela 06: Índice por Empresa de Auditoria

Empresa de Auditoria	Empresa Auditada	Índice de Convergência
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	Fibra Celulose S/A	74,29%
Ernst & Young Auditores Independentes	BRF – Brasil Foods S/A	81,82%
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes	CEMIG	67,11%
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes	Braskem S/A	68,12%
KPMG Auditores Independentes	COPEL	61,84%
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes	Siderúrgica Nacional	79,73%
KPMG Auditores Independentes	Embraer	76,39%
Grant Thornton Auditores Independentes	Telefônica Brasil	69,70%

Fonte: Elaborada pelo autor.

Oliveira e Lemes (2011) concluíram que o fato de as empresas serem auditadas pelas grandes empresas as denominadas de *Big four* não foi determinante para se obter um maior índice de Atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade nos relatórios, já que empresas auditadas por equipe de auditoria que não fazem parte desse grupo alcançaram índices de convergência superior.

Analisando-se os índices calculados para essas empresas, verifica-se que, em três empresas, quais sejam, CEMIG, Braskem e COPEL, auditadas por equipe de auditoria que faz parte das quatro maiores empresas contábeis especializadas em auditoria e consultoria do mundo, o índice de atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade ficou abaixo do índice alcançado pela única empresa que não é auditada por alguma dessas grandes empresas de auditoria, as *Big Four*.

Dessa forma, conclui-se que o fato de as empresas terem suas demonstrações financeiras auditadas por empresas de auditoria integrante do grupo das *Big Four*, por si só, não foi determinante para as empresas da amostra no que se refere ao atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade.

No estudo de Malaquias (2008) acerca da avaliação de *disclosure* das demonstrações financeiras de empresas brasileiras, verificou-se que as empresas maiores apresentaram melhores níveis de evidenciação.

Para avaliar a teoria de que as empresas maiores apresentam melhores níveis de evidenciação, conforme estabelecido no trabalho de Malaquias (2008), a amostra das

empresas foi dividida em pequenas e grandes. A classificação das empresas por tamanho é definido pela Lei Complementar N° 123, de 14 de Dezembro de 2006, contudo para fins dessa análise foi considerado, de forma arbitrária, o Patrimônio Líquido (PL) para classificá-las entre grandes e pequenas empresas.

Dessa forma, calculou-se a mediana do PL da amostra, e as empresas cujo PL estava abaixo desse valor foram consideradas pequenas e as que estavam acima desse valor foram consideradas grandes. A mediana encontrada foi de R\$12.307.821,00 (doze milhões trezentos e sete mil oitocentos e vinte e um reais).

A tabela 07 demonstra a classificação das empresas em grandes e pequenas.

Tabela 07: Classificação das empresas em Grandes e Pequenas

Empresas	Patrimônio Líquido	Tamanho	Índice de Convergência
Siderúrgica Nacional	5.734.975,00	Pequena	79,73%
Braskem	5.894.350,00	Pequena	68,12%
Embraer	9.999.969,00	Pequena	76,39%
CEMIG	11.284.952,00	Pequena	67,11%
Copel	13.330.689,00	Grande	61,84%
Fibria	14.564.037,00	Grande	74,29%
BRF Brasil	15.590.477,00	Grande	81,82%
Telefônica Brasil	44.950.095,00	Grande	69,70%
Mediana = 12.307.821,00			

Fonte: Elaborada pelo autor

Conforme demonstrado na tabela 07, verifica-se que diferente dos resultados obtidos por Malaquias (2008), o tamanho da empresa não influenciou para o índice de Atendimento às Normas Internacionais de Contabilidade, pois algumas empresas com o Patrimônio Líquido maiores alcançaram índices de convergência inferiores às menores.

A figura 04 a seguir demonstra o percentual por empresa com relação à realização e contabilização do *impairment*.

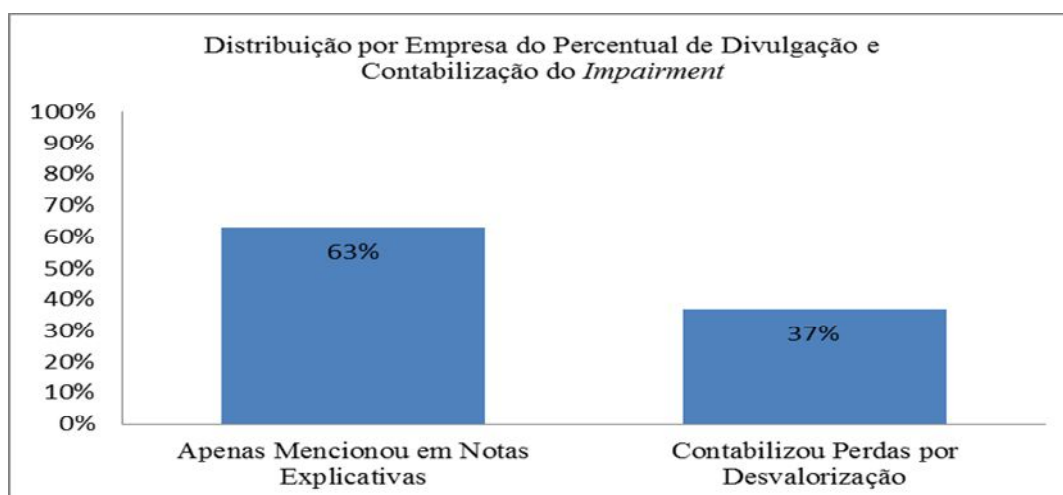


Figura 04: Distribuição por Empresa do percentual de divulgação e contabilização do *Impairment*.

Fonte: Elaborado pelo autor.

A figura 04 mostra que apenas 37% das empresas analisadas contabilizaram perdas por *impairment* no resultado do período, sendo que as demais, conforme consta em suas demonstrações financeiras, apenas mencionam que realizam o teste de recuperabilidade anualmente ou que não houve perda durante o período.

Esse resultado corrobora com o trabalho de Ono, Rodrigues e Niyama (2011), em que os autores constataram que todas as companhias mencionam que realizam o teste de *impairment* anualmente, contudo em ambos os casos a maioria relatam não ter ocorrido perdas que se faça necessário realizar provisão.

A figura 05 a seguir mostra que o índice de atendimento quanto ao que se refere ao Ativo Imobilizado foi superior a 60% em todas as empresas.

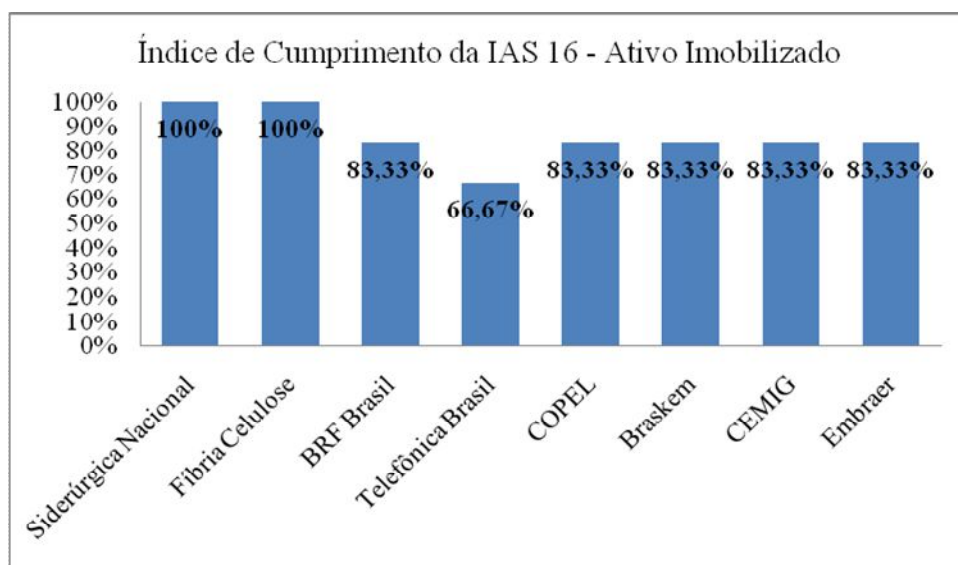


Figura 05: Índice de Cumprimento da IAS 16 - Ativo Imobilizado.

Fonte: Elaborado pelo autor.

No trabalho de Costa (2012), realizado com informações de 2010 para as empresas de Portugal o autor constatou, uma média de cumprimento para este item de 67,3 % naquele país, sendo 4,6% superior ao encontrado em pesquisa 5 anos anterior a sua. Caso esse índice continuasse a aumentar nesse mesmo ritmo em 2015, o índice de atendimento seria de 71,9%, corroborando assim com os resultados encontrados nesta pesquisa, no sentido de que, com o decorrer do tempo as empresas tendem a cada vez mais cumprirem com essa exigência, visto que para as empresas nesta pesquisa a média Geral de cumprimento para este item foi de 85%.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de 2010, as empresas brasileiras que negociam ações na Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros de São Paulo (BM&FBOVESPA) estavam obrigadas a elaborar suas demonstrações financeiras de acordo com as normas internacionais de contabilidade, conforme determinação da CVM em 2007, contudo conforme verificado em trabalhos recentes sobre o assunto ainda há deficiência em referência ao cumprimento dessas normas.

O resultado da pesquisa confirmou a proposição de Oliveira e Lemes (2011), ao afirmarem que o motivo das demonstrações financeiras terem alcançado um baixo índice de convergência foi em virtude de estarem ainda em processo de convergência, e com tempo esse índice aumentaria. O índice de convergência para as empresas da amostra foi superior nas demonstrações das empresas da amostra foram em todas superiores ao encontrado na pesquisa daqueles autores, sendo todas acima de 60% e a média geral foi de 72,38%.

Ao contrário do resultado verificado por Malaquias (2008), neste estudo observou-se que para a amostra das empresas o tamanho não influenciou para o cumprimento das normas em IFRS, pois algumas empresas consideradas pequenas obtiveram índices mais elevados do que outras grandes.

Da mesma forma o fato de as empresas serem auditadas por empresas que pertencem ao grupo das empresas globais de auditoria, denominada *Big Four* não foi determinante para se alcançar maiores índices de convergência, pois a empresa auditada por equipe de auditoria não pertencente ao grupo das *Big Four* e o índice de atendimento das Normas Internacionais de Contabilidade foi superior às demais.

Este estudo teve como limitações as empresas da amostra, pois o trabalho abarcou apenas aquelas que foram analisadas no estudo de Oliveira (2010), além de considerar para a amostra apenas as empresas que estiveram abaixo da média geral no que se refere ao atendimento das normas aplicadas naquele trabalho, e ainda deveriam estarem ativas no mercado, a coleta dos dados para análise das demonstrações financeiras foi utilizado apenas as que estavam disponíveis ao público e a avaliação dos itens foi considerado na análise de conteúdo o mesmo peso para todos os itens, sem considerar o grau de importância de cada um para avaliação dos índices de convergência.

Ressalta-se também que apesar de essas empresas negociarem simultaneamente ações na BM&FBOVESPA e NYSE, restringiu-se apenas na análise dos relatórios publicados de acordo com os Princípios contábeis geralmente aceitos no Brasil (BR GAAP).

Por fim sugere-se para trabalhos futuros estudos envolvendo outros grupos de empresas ou outra amostragem e também estudos desta natureza voltado às entidades do Setor Público em observância às Normas Internacionais de Contabilidade Aplicado ao Setor Público.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Guy Almeida. **A universalização da linguagem contábil**. Revista Brasileira de Contabilidade, Brasília, nº 135, p. 17-21, maio/junho. 2002.

ANTUNES, Guilherme Marinovic Brscan; ANTUNES, Jerônimo; PENTEADO, Isis Malusá. **A convergência contábil brasileira e a adoção das Normas Internacionais de Contabilidade: O IFRS-1**. In: X SEMEAD - Seminários em Administração - FEA-USP, 2007, São Paulo. X SEMEAD - Seminários em Administração: FEA-USP, 2007. Disponível em < <http://www.ead.fea.usp.br/Semead/10semead/sistema/resultado/trabalhosPDF/30.pdf> > acesso em 07 Set. 2014.

ANTUNES, Maria Thereza Pomba, et al. **A adoção no Brasil das normas internacionais de contabilidade IFRS: o processo e seus impactos na qualidade da informação contábil**. *Revista de Economia e Relações Internacionais*, 2012, 10.20: 5-19. Disponível em <http://www.fAAP.br/pdf/faculdades/economia/revistas/ciencias-economicas/revista_economia_20.pdf> acesso em 14 Set. 2014.

BACHIR, Otávio Augusto Alves. **Um Estudo sobre o Nível de Evidenciação nas Demonstrações Financeiras em Casos de Combinações de Negócios no Brasil nos Anos de 2010 e 2011**. 102f. Dissertação (Mestrado em Administração). Escola de Administração de Empresas de São Paulo, Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2013. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/10898>> acesso em 07 Jan. 2015.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977. Disponível em <<http://www.uel.br/grupo-pesquisa/ifhiec/arquivos/9GT94689598053.pdf>>. Acesso em 27 nov. 2014.

BRASIL. **LEI n. 11.638 de 28 de Dezembro de 2007**. Dispõe sobre as alterações referente a lei das sociedades anônimas (Lei das S/A). Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11638.htm >. Acesso em: 25 nov. 2014.

_____. Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976. Dispõe sobre as Sociedades por Ações. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6404consol.htm >. Acesso em 20 de maio de 2015.

CARVALHO, Luiz Nelson Guedes de; LEMES, Sirlei; COSTA, Fábio Moraes da. **Contabilidade Internacional: Aplicação das IFRS 2005**. São Paulo: Atlas, 2006.

CFC – CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução n. 1.055, de 24 de outubro de 2005**. Disponível em: <<http://www.cfc.org.br>>. acesso em 12 Out. 2014.

_____. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução NBCTG 01, de 20 de dezembro de 2013**. Disponível em <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2013/NBCTG01\(R1\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2013/NBCTG01(R1))> acesso em 29 Set. 2014.

_____. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução NBCTG 15**, de 20 de dezembro de 2013. Disponível em <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2013/NBCTG15\(R1\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2013/NBCTG15(R1))> acesso em 15 Mar. 2015.

_____. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução NBCTG 36**, de 20 de dezembro de 2013. Disponível em <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2014/NBCTG36\(R2\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2014/NBCTG36(R2))> acesso em 21 Abr. 2015.

_____. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução NBCTG 44**, de 19 de abril de 2013. Disponível em <http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2013/NBCTG44> acesso em 16 Abr. 2015.

_____. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução NBCTG 45**, de 17 de abril de 2014. Disponível em <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2014/NBCTG45\(R1\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2014/NBCTG45(R1))> acesso em 16 Abr. 2015.

_____. CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. **Resolução NBCTG 46**, de 30 de janeiro de 2013. Disponível em <[http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2014/NBCTG46\(R1\)](http://www2.cfc.org.br/sisweb/sre/detalhes_sre.aspx?Codigo=2014/NBCTG46(R1))>

COSTA, Fernando Jorge Ferreira da. **A divulgação dos Ativos Fixos Tangíveis segundo a IAS 16 e o seu grau de cumprimento**: uma análise ao anexo. 2012. Disponível em <<http://hdl.handle.net/1822/19583>> acesso em 21 Mar. 2015.

FERNANDES, Luciane Alves; SANTOS, José Luiz dos; SCHMIDT, Paulo. **Contabilidade internacional avançada**. – 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2007.

FRRARI, Ed. Luiz. **Contabilidade Geral**. 13º ed. rev. – Niterói, RJ: Impetus, 2013.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise (Org.) **Métodos de pesquisa**. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em <<http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>> acesso em 19 Out 2014.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6º. ed. - São Paulo: Atlas, 2008.

IUDÍCIBUS, Sergio de et al. **Manual de contabilidade societária**. – São Paulo: Atlas, 2010.

KAUARK, Fabiana da Silva *et al.* **Metodologia da Pesquisa**: um guia prático. Itabuna: Via Litterarum, 2010.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia Científica**. – 5. ed. – 4. reimpr. – São Paulo: Atlas, 2010.

LINDNER, Graselene; CUNHA, Paulo Roberto da; FAVERI, Dinorá Baldo de. **Reflexo da Adoção da lei 11.638/07 e da Medida Provisória 449/08 nos Indicadores Econômico -**

Financeiros das Empresas Listadas no Segmento de Fios e Tecidos na BM&Fbovespa. Revista de Administração, Contabilidade e Economia da FUNDACE, Ribeirão Preto, 2013. Disponível em < http://www.fundace.org.br/artigos_racef/artigo_01_12_2013.pdf> acesso em 16 Nov. 2014.

MALAQUIAS, Rodrigo Fernandes. **Disclosure de instrumentos financeiros segundo as normas internacionais de contabilidade: evidências empíricas de empresas brasileiras.** 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2008. Disponível em <<http://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/2965/1/DisclosureInstrumentosFinanceiros.pdf>> acesso em 26 Out. 2014.

MARION, José Carlos. **Contabilidade Básica.** 10. Ed. – São Paulo; Atlas, 2009.

NIYAMA, Jorge Katsumi; SILVA, César Augusto Tibúrcio. **Teoria da Contabilidade.** 2º ed. São Paulo: Atlas, 2011.

OLIVEIRA, Valdiney Alves de. **Adoção inicial das normas contábeis internacionais por empresas brasileiras.** 2010. 156 f. Dissertação (Mestrado)-Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2010. Disponível em <<http://repositorio.ufu.br/handle/123456789/2980>>. Acesso em 06 ago. 2014.

OLIVEIRA, Valdiney Alves de; LEMES, Sirlei. **Nível de convergência dos princípios contábeis brasileiros e norte-americanos às normas do IASB: uma contribuição para a adoção das IFRS por empresas brasileiras.** Revista contabilidade e finanças, São Paulo, v.22, n. 56, ago. 2011. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?Script=sci_arttext&pid=S1519-70772011000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 03 Ago. 2014.

ONO, Heverton Masaru; RODRIGUES, Jomar Miranda; NIYAMA, Jorge Katsumi. **Disclosure sobre impairment: uma análise comparativa das companhias abertas brasileiras em 2008.** Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ, 2011, 15.1: 67-87. Disponível em < <http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-08/index.php/UERJ/article/view/889/849>> acesso em 01 Mar. 2015.

PONTE, Vera Maria Rodrigues, et al. **Análise do grau de cumprimento das práticas de divulgação definidas pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 no âmbito das companhias abertas.** Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade, v. 6, n. 1, p. 38-53, 2012a. disponível em < <http://repec.org.br/index.php/repec/article/view/244>> acesso em 26 out. 2014.

PONTE, Vera Maria Rodrigues, et al. **Análise das práticas de divulgação do ajuste ao valor presente pelas companhias listadas na BM&FBOVESPA.** *Revista Universo Contábil*, 2012b, 8.1: 53-69. Disponível em <<http://proxy.furb.br/ojs/index.php/universocontabil/article/view/2173>> acesso em 12 Out. 2014.

SHIMAMMOTO L. S.; REIS, L. G. **Convergência às normas internacionais de contabilidade: uma análise sob a perspectiva dos profissionais contabilistas.** *Revista de Estudos Contábeis*, Londrina, v. 1, n. 1, p. 90-105, jul/dez, 2010. Disponível em <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/rec/article/view/9403>> acesso em 21 Abr. 2015.

SILVA, Antônio Carlos Ribeiro da. **Metodologia da pesquisa aplicada à contabilidade:** orientações de estudos, projetos, artigos, relatórios, monografias, dissertações, teses. – 2. ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

SOUZA, Alan Aparecido Ciqueira; COUTINHO FILHO, Fernando Batista. **Harmonização internacional: um estudo sobre as dificuldades de convergência das normas contábeis brasileira em relação às normas internacionais de contabilidade (IFRS).** In: Congresso USP de Iniciação Científica em Controladoria e Contabilidade, 4, 2007, São Paulo. Anais... São Paulo: Congresso USP, 2007. Disponível em <<http://www.congressousp.fipecafi.org/web/artigos72007/526.pdf>> acesso em 15 Mar. 2015.

SOUZA, Ricardo Garcia de. **Normas Internacionais de Contabilidade: Percepções dos Profissionais quanto às barreiras para sua adoção no Brasil.** *Dissertação de Mestrado.* São Paulo, Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas, 2009. Disponível em <<http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/5692>> acesso em 15 Out. 2014.

APÊNDICE A: Roteiro com os Itens das Normas Utilizadas para Análise de Conteúdo nas Demonstrações.

Item	Exigência/ Determinação	Cumpriu	
		Sim	Não

IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras

01	Divulgar informação comparativa com respeito ao período anterior para todos os montantes apresentados nas demonstrações contábeis do período corrente.		
02	Divulgação dos investimentos avaliados pelo método da equivalência patrimonial.		

IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil

01	Realização de pagamentos mínimos do arrendamento mercantil segregados entre encargo financeiro e redução do passivo em aberto.		
02	Apropriação de encargo financeiro a cada período durante o prazo do arrendamento mercantil de forma a produzir uma taxa de juros periódica constante sobre o saldo remanescente do passivo.		
03	Reconhecer, no início do prazo de arrendamento mercantil, em contas específicas, os arrendamentos mercantis financeiros como ativos e passivos nos seus balanços por quantias iguais ao valor justo da propriedade arrendada ou, se inferior, ao valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil.		
04	Reconhecer os ativos mantidos por arrendamento mercantil financeiro nos seus balanços e apresentá-los como conta a receber por valor igual ao investimento líquido no arrendamento mercantil.		
05	Divulgar para cada categoria de ativo, valor contábil líquido ao final do período.		
06	Divulgar o total dos pagamentos mínimos futuros dos arrendamentos mercantis operacionais não canceláveis para cada um dos seguintes períodos: a) até um ano; b) mais de um ano e até cinco anos; e c) mais de cinco anos;		
07	Divulgação da conciliação entre o investimento bruto no arrendamento mercantil no final do período e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil a receber nessa mesma data.		
08	Divulgação de provisão para pagamentos mínimos incobráveis do arrendamento mercantil a receber.		

IAS 20 – Subvenção e Assistência Governamentais

01	Divulgação da subvenção governamental relacionada a ativos, incluindo aqueles ativos não monetários mensurados ao valor justo, no balanço patrimonial em conta de passivo, como receita diferida, ou deduzindo o valor contábil do ativo relacionado.		
02	Divulgação da política contábil adotada para as subvenções governamentais, incluindo os métodos de apresentação adotados nas demonstrações contábeis.		
03	Divulgação da natureza e a extensão das subvenções governamentais ou assistências governamentais reconhecidas nas demonstrações contábeis e uma indicação de outras formas de assistência governamental de que a entidade tenha diretamente se beneficiado.		

IAS 28 – Investimento em Coligada, Controlada e em Empreendimento Controlado em conjunto.

01	Divulgação resumida das informações financeiras das coligadas incluindo os principais grupos de ativos, passivos e resultados.		
----	--	--	--

IAS 33 – Resultado por Ação

01	Calcular o valor do resultado básico por ação para o lucro ou prejuízo atribuível aos titulares de ações ordinárias (ou capital próprio ordinário) da companhia.		
02	Divulgar os valores usados como numeradores no cálculo dos resultados por ação básicos e diluídos, além da conciliação desses valores com o lucro ou o prejuízo atribuível à companhia para o período em questão.		

Item	Exigência/ Determinação	Cumpriu	
		Sim	Não

IAS 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes

01	Para cada classe de provisão, a entidade deve divulgar: a) o valor contábil no início e no fim do período; b) provisões adicionais feitas no período, incluindo aumentos nas provisões existentes; c) valores utilizados (ou seja, incorridos e baixados contra a provisão) durante o período; d) valores não utilizados revertidos durante o período; e e) o aumento durante o período no valor descontado a valor presente proveniente da passagem do tempo e o efeito de qualquer mudança na taxa de desconto.		
02	Divulgar para cada classe de provisão: a) uma breve descrição da natureza da obrigação e o cronograma esperado de quaisquer saídas de benefícios econômicos resultantes; b) uma indicação das incertezas sobre o valor ou o cronograma dessas saídas; c) o valor de qualquer reembolso esperado, declarando o valor de qualquer ativo que tenha sido reconhecido por conta desse reembolso esperado.		

IAS 38 – Ativo Intangível

01	Realização de teste de probabilidade de geração de benefícios econômicos futuros utilizando premissas razoáveis e comprováveis que representem a melhor estimativa da administração em relação ao conjunto de condições econômicas que existirão durante a vida útil do ativo.		
02	Divulgação da forma utilizada para contabilização dos ativos intangíveis.		

IFRS 8 – Informações por Segmento

01	Divulgar informações sobre o lucro ou prejuízo reconhecido dos segmentos, incluindo as receitas e as despesas específicas que compõem o lucro ou o prejuízo desses segmentos, os respectivos ativos, os passivos e as bases de mensuração.		
02	Divulgar os fatores utilizados para identificar os segmentos divulgáveis da entidade, incluindo a base da organização (por exemplo, se a administração optou por organizar a entidade em torno das diferenças entre produtos e serviços, áreas geográficas, ambiente regulatório, ou combinação de fatores, e se os segmentos operacionais foram agregados).		

IFRS 11 – Negócios em Conjunto

01	Aplicar julgamento ao avaliar se um negócio em conjunto se é uma operação em conjunto (joint operation) ou um empreendimento controlado em conjunto (joint venture).		
02	Reconhecer seus interesses em empreendimento controlado em conjunto (joint venture) como investimento e contabilizar esse investimento utilizando o método da equivalência patrimonial.		

IFRS 12 – Divulgação de Participações em outras Entidades

01	Divulgar a natureza dos riscos associados as suas participações em empreendimentos controlados em conjunto (joint ventures) e em coligadas e as mudanças nesses riscos.		
02	Divulgar de modo agregado, o valor contábil de suas participações em todos os empreendimentos controlados em conjunto.		

IFRS 13 – Mensuração do Valor Justo

01	Divulgar informações que auxiliem os usuários de suas demonstrações contábeis a avaliar: (a) para ativos e passivos que sejam mensurados ao valor justo de forma recorrente ou não recorrente no balanço patrimonial após o reconhecimento inicial, as técnicas de avaliação e informações utilizadas para desenvolver essas mensurações; (b) para mensurações do valor justo recorrentes que utilizem dados não observáveis significativos, o efeito das mensurações sobre o resultado do período ou outros resultados abrangentes para o período.		
----	---	--	--

APÊNDICE B: Índice de Atendimento dos Itens Avaliados

	Cia Siderúrgica Nacional		Fíbria Celulose S/A		BRF – Brasil Foods S/A		
Norma	Total de Itens Avaliados	Itens Atendidos	Total de Itens Avaliados	Itens Atendidos	Total de Itens Avaliados	Itens Atendidos 20F	Itens Atendidos DFP
IAS 01	2	2	2	2	2		2
IAS 02	3	2	3	2	3		3
IAS 07	2	2	2	2	2		2
IAS 10	1	1	1	0	1		1
IAS 11	0	0	0	0	0		0
IAS 12	2	2	2	2	2		2
IAS 16	6	6	6	6	6		5
IAS 17	8	1	8	4	8		5
IAS 18	4	3	4	2	4		2
IAS 19	4	4	4	3	4		4
IAS 20	3	3	0	0	3		2
IAS 21	3	3	3	3	3		3
IAS 23	4	3	4	2	4		4
IAS 24	2	2	2	1	2		2
IAS 28	1	1	1	1	1		1
IAS 33	2	2	2	2	2		2
IAS 36	7	6	7	6	4		3
IAS 37	2	2	2	0	2		0
IAS 38	2	2	2	2	2		2
IAS 40	0	0	0	0	0		0
IAS 41	0	0	3	2	3		3
IFRS 2	0	0	0	0	2		2
IFRS 3	5	3	5	4	5		4
IFRS 5	4	3	0	0	5		4
IFRS 8	2	2	2	2	2		1
IFRS 11	2	2	2	2	2		1
IFRS 12	2	1	2	1	2		2
IFRS 13	1	1	1	1	1		1
Total	74	59	50	37	77		63
Índice		79,73%		74,29%			81,82%

	Telefônica Brasil		COPEL		Braskem S/A	
Norma	Total de Itens Avaliados	Itens Atendidos	Total de Itens Avaliados	Itens Atendidos	Total de Itens Avaliados	Itens Atendidos DFP
IAS 01	2	2	2	2	2	2
IAS 02	3	2	3	2	3	3
IAS 07	2	2	2	2	2	1
IAS 10	1	1	1	1	1	0
IAS 11	0	0	0	0	0	0
IAS 12	2	1	2	2	2	2
IAS 16	6	4	6	5	6	5
IAS 17	8	4	8	2	0	0
IAS 18	4	3	4	3	4	2
IAS 19	4	4	4	2	4	4
IAS 20	3	3	3	0	3	1
IAS 21	3	3	3	0	3	2
IAS 23	4	2	4	3	4	2
IAS 24	2	1	2	2	2	2
IAS 28	1	0	1	1	1	1
IAS 33	2	1	2	1	2	2
IAS 36	7	5	7	6	7	3
IAS 37	2	1	2	1	2	2
IAS 38	2	2	2	2	2	1
IAS 40	0	0	0	0	4	1
IAS 41	0	0	0	0	0	0
IFRS 2	0	0	0	0	2	1
IFRS 3	3	3	5	5	5	2
IFRS 5	0	0	0	0	3	3
IFRS 8	0	0	8	2	0	0
IFRS 11	2	1	2	1	2	2
IFRS 12	2	1	2	2	2	2
IFRS 13	1	0	1	0	1	1
Total	66	46	76	47	69	47
Índice		69,70%		61,84		68,12

Norma	CEMIG		Embraer S/A	
	Total de Itens Avaliados	Itens Atendidos	Total de Itens Avaliados	Itens Atendidos
IAS 01	2	2	2	2
IAS 02	3	3	3	3
IAS 07	2	2	2	2
IAS 10	1	1	1	1
IAS 11	0	0	3	3
IAS 12	2	2	2	1
IAS 16	6	5	6	5
IAS 17	8	2	8	4
IAS 18	4	2	4	4
IAS 19	4	4	4	2
IAS 20	3	0	3	3
IAS 21	3	2	3	1
IAS 23	4	3	4	2
IAS 24	2	1	2	2
IAS 28	3	1	1	0
IAS 33	2	1	2	2
IAS 36	5	4	4	3
IAS 37	2	1	2	2
IAS 38	2	2	2	2
IAS 40	4	2	0	0
IAS 41	0	0	0	0
IFRS 2	2	1	2	2
IFRS 3	5	4	5	3
IFRS 5	0	0	0	0
IFRS 8	2	2	2	2
IFRS 11	2	1	2	1
IFRS 12	2	2	2	2
IFRS 13	1	1	1	1
Total	76	51	72	55
Índice		67,11		76,39

ANEXO A: Roteiro com os Itens das Normas Utilizadas para Análise de Conteúdo nas Demonstrações.

Item	Exigência/ Determinação	Cumpriu	
		Sim	Não

IAS 2 – Apresentação das Demonstrações Contábeis

01	Mensuração dos estoques pelo valor de custo ou pelo valor realizável líquido (dos dois o menor).		
02	Reconhecimento do custo como despesa do período, quando os estoques são vendidos.		
03	Montante de estoques escriturados pelo valor justo menos os custos para vender.		

IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa

01	Divulgação da DFC.		
02	Fluxos provenientes de juros de empréstimos e financiamentos a receber e a pagar e de dividendos a receber e a pagar divulgados separadamente.		

IAS 10 – Evento Subsequente

01	Divulgação e reconhecimento de eventos subsequentes significativos que originam ajuste nas demonstrações financeiras.		
----	---	--	--

IAS 11 – Contratos de Construção

01	Reconhecimento das receitas e custos oriundos de um contrato de construção pelo método de percentagem de conclusão.		
02	Montante reconhecido no período das receitas oriundas de contratos de construção.		
03	Métodos usados para determinar o reconhecimento das receitas.		

IAS 12 – Tributos sobre o Lucro

01	Mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos pelas alíquotas que se espera que sejam aplicáveis no período quando for realizado o ativo ou liquidado o passivo, com base nas alíquotas (e legislação fiscal) que estejam em vigor ao final do período que está sendo reportado.		
02	Divulgação das movimentações do período para o imposto de renda diferido ativo e passivo.		

IAS 16 – Ativo Imobilizado

01	Mensuração dos ativos imobilizados pelo seu custo ou por reavaliação.		
02	Realização do cálculo da depreciação baseada na vida útil econômica dos bens.		
03	Reconhecimento dos ativos reavaliados a valor justo.		
04	Reconhecimento do valor contábil após a dedução da depreciação e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas.		
05	Divulgar para cada classe de ativo imobilizado: a) os critérios de mensuração utilizados para determinar o valor contábil bruto; b) os métodos de depreciação utilizados; c) a vida úteis ou as taxas de depreciação utilizadas; d) o valor contábil bruto e a depreciação acumulada (mais as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas) no início e no final do período.		
06	Divulgar a conciliação do valor contábil no início e no final do período demonstrando os ativos classificados como mantidos para venda.		

IAS 18 – Receitas

01	Mensuração da receita pelo valor justo do montante recebido ou a receber.		
02	Reconhecimento das receitas de juros utilizando-se do método de juros efetivos.		
03	Reconhecimento do valor incobrável de receitas como despesa.		
04	Políticas contábeis adotadas no reconhecimento das receitas, incluindo os métodos adotados para determinar o estágio da transação.		

Item	Exigência/ Determinação	Cumpriu	
		Sim	Não

IAS 19 – Benefícios a Empregados

01	Mensuração dos ativos do plano de benefício definido pelo valor justo.		
02	Reconhecimento do valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido na demonstração contábil.		
03	Divulgar informações que expliquem as características de seus planos de benefício definido e os riscos a eles associados.		
04	Divulgação de cada tipo de plano (Contribuição definida ou Benefício definido).		

IAS 21 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis

01	Reconhecimento no resultado dos ganhos e perdas decorrentes das transações em moedas estrangeiras.		
02	Reconhecimento das diferenças de tradução para a moeda de apresentação no resultado do período.		
03	Montante das diferenças de câmbio reconhecido nos resultados		

IAS 23 – Custos de Empréstimos

01	Capitalizar os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativo qualificável como parte do custo do ativo.		
02	Reconhecimento dos encargos financeiros relativos aos arrendamentos mercantis financeiros.		
03	Divulgação do montante dos custos de empréstimos capitalizados durante o período.		
04	Divulgação da taxa de capitalização utilizada na determinação do montante dos custos de empréstimos elegíveis à capitalização.		

IAS 24 – Divulgação sobre Partes Relacionadas

01	Divulgação de relacionamentos entre controladora e suas controladas independentemente de ter havido ou não transações entre essas partes relacionadas.		
02	Divulgação da remuneração do pessoal chave da administração no total e para cada uma das seguintes categorias: a) benefícios de curto prazo a empregados e administradores; b) benefícios pós-emprego; c) outros benefícios de longo prazo; d) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e e) remuneração baseada em ações.		

IAS 36 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos

01	Realização de teste anualmente com relação ao valor recuperável de ativo intangível com vida útil indefinida.		
02	Realização de teste do valor recuperável dos ativos intangíveis que ainda não estejam disponíveis para uso, comparando o seu valor contábil com seu valor recuperável.		
03	Testar, anualmente, o ágio pago por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) em combinação de negócios.		
04	Reconhecer a desvalorização do ativo caso, o valor recuperável for inferior ao seu valor contábil.		
05	Reconhecimento da perda por <i>impairment</i> de ativos no exercício.		
06	Divulgação do montante das perdas por desvalorização dos ativos reconhecido no resultado do período e a linha da demonstração do resultado na qual essas perdas por desvalorização foram incluídas.		
07	Divulgação de informações acerca das estimativas utilizadas para mensurar o valor recuperável de uma unidade geradora de caixa quando o ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i>) ou o ativo intangível de vida útil indefinida estiver incluído no valor contábil da unidade.		

Item	Exigência/ Determinação	Cumpriu	
		Sim	Não

IAS 40 – Propriedade para Investimento

01	Mensuração do investimento inicial pelo custo, incluindo os custos de transação.		
02	Reconhecimento do ativo e do passivo correspondentes à propriedade para investimentos na demonstração do locatário pelo menor valor entre o valor justo e os pagamentos mínimos de uma obrigação presente de leasing.		
03	Divulgação do modelo adotado para reconhecimento das propriedades para investimento: (custo ou valor justo).		
04	Método de depreciação usado para as propriedades avaliadas pelo modelo de custo.		

IAS 41 – Ativo Biológico e Produto Agrícola

01	Mensuração dos estoques pelo valor justo.		
02	Divulgar o ganho ou a perda do período corrente em relação ao valor inicial do ativo biológico e do produto agrícola.		
03	Divulgar a descrição de cada grupo de ativos biológicos.		

IFRS 02 – Pagamento Baseado em Ações

01	Divulgação da natureza e extensão de operações com pagamentos baseados em ações existentes durante o período.		
02	A quantidade e o preço médio ponderado de exercício das opções de ações em circulação no início do período.		

IFRS 3 – Combinação de Negócios

01	Mensuração dos ativos identificáveis adquiridos e os passivos assumidos pelos respectivos valores justos da data da aquisição.		
02	Reconhecer o ágio por expectativa de rentabilidade futura (<i>goodwill</i> adquirido) advindo da combinação de negócios ou o ganho proveniente de compra vantajosa.		
03	Divulgação das combinações de negócios que ocorreram no período corrente.		
04	Divulgação do percentual do capital votante adquirido, bem como o percentual da participação total adquirida.		
05	Divulgação dos principais motivos da combinação de negócios e descrição de como o controle da adquirida foi obtido pelo adquirente.		

IFRS 05 – Ativo não Circulante Mantido para Venda e Operação Descontinuada

01	Mensuração dos ativos não correntes mantidos para a venda pelo menor valor entre a quantia escriturada e o valor justo deduzido dos custos para a venda.		
02	Reconhecimento de ativos mantidos para a venda pelo menor valor entre o valor contábil e valor justo menos os custos de venda.		
03	Receitas e despesas acumuladas reconhecidas no patrimônio líquido e relacionadas com o ativo não corrente ou grupo em disposição classificado como mantido para a venda.		
04	Valores comparativos das operações descontinuadas, ou seja, relacionados ao ano anterior e que devem ser reapresentados na demonstração de resultados abrangentes.		